



PSD p.6

PS radicaliza para a extrema-esquerda



Governo p.8

Orçamento honra “todos os compromissos” do Estado português

POVO LIVRE



nº 1848

22 de Outubro de 2014

Director: Miguel Santos
Periodicidade Semanal - Registo na ERC
nº 105690 - Propriedade: PSD

“REFORMAS ESTRUTURAIS” DEPENDEM DE UM COMPROMISSO POLÍTICO



O Primeiro-Ministro em deslocação ao concelho de Oleiros

1.º Congresso da DNA Cascais

Orçamento realista

Um “orçamento de realismo” e que “não é feito a pensar nas eleições”. As palavras são Primeiro-Ministro, e caracterizam a proposta de orçamento para 2015. “Eu sei que há políticos que acham que as eleições se ganham baixando impostos e aumentando salários. Devo dizer que tenho muitas dúvidas de que as pessoas, os eleitores, raciocinem exactamente nesses termos”, declarou Pedro Passos Coelho, que considerou ainda que seria incoerente descuidar agora o equilíbrio orçamental: “Com que cara é que o mesmo Primeiro-Ministro que durante três anos explicou ao país que precisávamos de cumprir as nossas metas, que não tínhamos outra escolha senão pôr a casa em ordem para ter a confiança dos investidores, para financiar a actividade económica e o Estado, haveria agora de lhes vir dizer que, porque há eleições, vamos baixar os impostos, aumentar os salários e prometer aquilo que não é realista?”.

Um dos pontos fortes do documento consiste em estimular o crescimento. “Estamos, portanto, a trabalhar para conseguir realizar esse objectivo que é: enquanto o Estado tem de encolher as suas despesas, a economia pode crescer, não por via do investimento público, mas por via do investimento privado. Isso já aconteceu no passado, não há razão para não acontecer agora”, afirmou o chefe do Governo, traçando ainda o seguinte caminho: “Continuar a insistir num caminho em que menos o Estado e mais a economia privada possa afastar escolhos e fazer apostas que permitam trazer mais investimento, mais valor acrescentado, mais emprego, que é aquilo de que nós precisamos para crescer sustentadamente”.

Pedro Passos Coelho proferiu estas declarações durante o 1.º Congresso da DNA Cascais, no passado dia 15 de Outubro.

DNA Cascais ajudou a criar 1250 postos de trabalho

A agência municipal DNA Cascais possibilitou a criação de 244 empresas, que geraram 1250 postos de trabalho ao longo dos seus 7 anos de existência, informou o município. Os números, disponibilizados à Lusa pela Câmara Municipal de Cascais, foram apresentados no 1.º Congresso da DNA Cascais, associação sem fins lucrativos criada com o objectivo de contribuir para a promoção, incentivo e desenvolvimento do empreendedorismo.

Criada em 2007, a DNA Cascais possibilitou a criação de 244 empresas, traduzindo-se em 1250 postos de tra-



balho, com as empresas a revelarem uma taxa de sobrevivência global de 80 por cento e um volume de facturação de 24 milhões de euros. “Considerando, ainda, empresas apoiadas pela DNA e pelo Clube de Business Angels de Cascais, que ficaram localizadas fora do concelho, a facturação ascende a mais de 50 milhões de euros”, acrescenta a autarquia.

Localizada em Alcabideche, a DNA Cascais é apontada pela autarquia como a única incubadora com a certificação BIC (Business and Innovation Center) pela rede europeia EBN, na região de Lisboa e alberga empresas em incubação física e virtual ligadas às Tecnologias de Informação, Engenharia, Comunicação e Design, Cultura e Instituições de Investigação ligadas a Universidades. Sob o lema “De Cascais para o Mundo”, a conferência contou com a participação do empresário Filipe de Botton, presidente da direcção do Conselho da Diáspora Portuguesa, do vice-presidente da Caixa Geral de Depósitos, Nuno Fernandes Thomaz, e, para o encerramento, com a presença do Primeiro-Ministro.

Neste congresso, que decorreu na Casa das Histórias Paula Rego, foram ainda apresentadas as 36 novas empresas criadas ao longo deste ano que garantiram a criação de 87 novos postos de trabalho imediatos, representando um investimento privado inicial de quase 6 milhões de euros. As novas empresas dedicam-se a actividades como design e produção de equipamentos, animação turística, hotelaria e restauração, consultoria, plataformas “web”, aplicações para meios tecnológicos, saúde e beleza, entre outras.

O Primeiro-Ministro em Oleiros

“Reformas estruturais” dependem de um compromisso político



No final de uma visita ao concelho de Oleiros, distrito de Castelo Branco, o Primeiro-Ministro foi questionado sobre o anúncio de que a previsão do défice para 2015 será de 2,7 por cento. Pedro Passos Coelho afirmou que manter a previsão de défice de 2,5 por cento para o próximo ano significaria “um certo fanatismo orçamental”, sublinhando que a alternativa seria aumentar a carga fiscal. “Se estivéssemos longe de atingir os objectivos a que nos propusemos teríamos de ponderar outro tipo de medidas. Nesta altura, com o conjunto de medidas que estão apontadas, fazer finca-pé exactamente nos 2,5 por cento significaria, se me é permitida a imagem, um certo fanatismo orçamental”, sublinhou.

De acordo com o Primeiro-Ministro, o défice não será de 2,5 por cento em 2015 porque “alguma receita não fiscal acabou por não se concretizar” e as decisões “tomadas ao nível jurídico-constitucional”, que impediram um conjunto de poupanças que ascenderiam a quase mil e 400 milhões de euros em 2015, “mas que acabam por não se concretizar”. Passos Coelho sublinhou que o Governo pretende, ainda assim, que no próximo ano haja “um excedente primário”. Ou seja, “se descontarmos os juros da dívida que temos de pagar, o país está já a não

gerar nova dívida por via orçamental”, aclarou. Nesse sentido, “onerar a carga fiscal poderia ter um efeito perverso”, num momento em que “a economia precisa de crescer um pouco mais”.

Face ao pedido por parte da Comissão Europeia de medidas adicionais no Orçamento do Estado para 2015, Passos Coelho afirmou que a opção tomada pelo Governo foi a de “não adoptar medidas adicionais”. “Portugal cumpre o principal objectivo, que é sair do procedimento por défice excessivo. É a primeira vez que fica abaixo dos 3 por cento do défice [em 15 anos]”, o que é “uma condição importante de credibilidade face à Comissão Europeia, aos mercados financeiros e a todos os portugueses”.

O primeiro-ministro referiu ainda que o Governo pretende discutir a reforma do IRS e a reforma da fiscalidade verde “de forma transparente, envolvendo todos os partidos políticos, mas em particular o principal partido da oposição” - PS.

“A principal crítica feita quanto à estabilidade das políticas é a ideia de que cada Governo que vem altera as políticas públicas mais relevantes nestes domínios”, explicou, realçando ser “importante que os dois partidos

que têm legítima aspiração de ganhar eleições” possam ter uma discussão de forma a que se chegue a “um compromisso ou a um entendimento, como foi possível chegar através do IRC”. As diferenças entre PS e PSD “não devem impedir de se proceder a reformas estruturais importantes”, defendeu. Ainda sobre o Orçamento do Estado para 2015, Passos Coelho considerou que a nível fiscal se deve colocar um incentivo adequado para quem tenha agregados familiares mais extensos e compensar municípios cujas empresas tenham mais impacto local, independentemente da sua sede social.

As respostas “aos problemas da natalidade e da demografia” são essenciais, no entender do Primeiro-Ministro, realçando que sem essas medidas “não haverá Estado com sustentabilidade social”. “Os sinais que temos para o ano são já positivos no sentido de responder a essas preocupações”.

A deslocação do chefe do executivo a Oleiros incluiu uma sessão solene na Câmara Municipal, uma visita às empresas José Afonso & Filhos SA e Pirotecnia Oleirense, e uma cerimónia de homenagem ao ex-presidente da Câmara Municipal de Oleiros, José Santos Marques.

PSD apoia valor previsto de défice

O PSD apoiou a revisão da meta do défice para 2015 de 2,5 para 2,7 por cento, defendendo que evita um aumento impostos, e afastou a apresentação no parlamento de uma proposta de redução da sobretaxa de IRS. Estas posições foram assumidas pelo líder da bancada social-democrata, Luís Montenegro, em declarações aos jornalistas, na Assembleia da República, no final de uma reunião da maioria PSD/CDS-PP com o ministro dos Assuntos Parlamentares e a ministra das Finanças sobre a proposta de Orçamento do Estado para 2015. Questionado se a maioria parlamentar poderá vir a propor uma redução da sobretaxa de 3,5 por cento em sede de IRS, Luís Montenegro respondeu que PSD e CDS-PP concordam com a ideia do Governo de condicionar um eventual reembolso de IRS em 2016 à evolução das receitas fiscais em 2015. "Naturalmente que, revendo-nos nós nessa decisão, não haverá alteração à sobretaxa extraordinária em sede de IRS", afirmou. Segundo o líder parlamentar do PSD, a intenção do executivo é "fazer reverter em sede de IRS eventuais vantagens que decorram de uma execução orçamental onde a receita possa ficar acima daquilo que é perspectivado". Será remetido para reembolso o "montante que exceda a previsão da receita do IRS e do IVA que vai estar inscrita no orçamento", adiantou.

No que respeita à revisão da meta do défice, Luís Montenegro sustentou que a "alternativa seria, nesta fase, proceder a alguma receita por via de um aumento de impostos". Luís Montenegro acrescentou ainda que "o Governo esteve bem ao não confrontar o país com nenhum aumento de impostos para poder suportar precisamente o impacto nas contas públicas das decisões do Tribunal Constitucional". "Estamos a falar, por exemplo, no caso do Tribunal Constitucional, de um impacto orçamental de cerca de 1400 milhões de euros. E tudo isso é acomodado com estes 0,2 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) em termos de défice, que corresponde sensivelmente a 350 milhões de euros", disse.

Luís Montenegro declarou que o Governo apresen-



tou uma proposta de Orçamento do Estado para 2015 "de rigor, de disciplina orçamental como pressuposto e alicerce de um ciclo de crescimento da economia e geração de emprego" e que "abre uma nova esperança no país". O líder parlamentar do PSD assinalou que "são repostos rendimentos na Assembleia da República" - 20 por cento do valor dos cortes actualmente em vigor - e que "não são oneradas as pensões", excepto as "mais elevadas, acima de 4600 euros". Por outro lado, salientou que o crescimento económico previsto para 2015 é de 1,5 por cento e que a previsão de taxa de desemprego foi revista em baixa, para 13,4 por cento,

face ao Documento de Estratégia Orçamental.

PSD e CDS-PP foram os últimos partidos com assento parlamentar a reunirem-se dia 14, com o Governo a propósito da proposta de Orçamento do Estado para 2015, que deverá ser entregue na Assembleia da República esta quarta-feira. O Governo esteve representado nestas reuniões pela ministra de Estado e das Finanças, Maria Luís Albuquerque, pelo ministro da Presidência e dos Assuntos Parlamentares, Luís Marques Guedes, e ainda pelos secretários de Estado dos Assuntos Fiscais, do Orçamento e dos Assuntos Parlamentares.



Pedro Passos Coelho esteve em Coimbra para evocar o centenário da Grande Guerra



O Primeiro-Ministro esteve sábado, em Coimbra, para participar numa sessão de evocação do centenário da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). A cerimónia, organizada pelo Núcleo de Coimbra da Liga dos Combatentes, decorreu junto ao monumento aos combatentes da Grande Guerra, na Avenida Sá da Bandeira. Além de Pedro Passos Coelho, a cerimónia contou também com as presenças do presidente da Câmara Municipal de Coimbra, Manuel Machado, e do Chefe do Estado Maior da Armada, Almirante Luís Macieira Fragoso, bem como do presidente do Núcleo de Coimbra da Liga dos Combatentes, Coronel João Rodrigues Teixeira.

Entretanto, até ao dia 1 de Novembro, o Núcleo de Coimbra da Liga dos Combatentes vai levar a cabo seis outros cerimoniais evocativos nos concelhos do distrito, onde foram edificados monumentos. O primeiro decorreu no passado Domingo, na Lousã.

O Presidente da República participou também, dia 18, numa cerimónia de homenagem na Avenida da Liberdade, em Lisboa, onde defendeu que a participação na Grande Guerra deixou uma "dura lição" da incapacidade para assumir esse compromisso num período de "profunda crise política e económica" que tinha feito descuidar a "capacidade militar".



PS radicaliza para a extrema-esquerda



O coordenador da Comissão Política Nacional do PSD criticou o anúncio dos socialistas de que votarão contra a proposta de Orçamento do Estado para 2015 e acusou António Costa de levar o PS do centro político para a extrema-esquerda. “Os sinais revelados nas últimas 48 horas pelo PS são altamente preocupantes, uma vez que se assiste, de forma clara, a um posicionamento por parte deste PS próprio da esquerda mais radical. Guina para a extrema-esquerda ao assumir que abandona o centro político onde nos 40 anos de democracia se construíram os consensos que eram fundamentais ao interesse nacional. Este é o PS que Portugal hoje conhece”, declarou Marco António Costa, em conferência de imprensa, na sede nacional do PSD, em Lisboa, dia 16.

Questionado sobre quais as posições assumidas pelo PS que os sociais-democratas entendem ser próprias da extrema-esquerda, o porta-voz do PSD respondeu: “Todo o discurso que tem sido assumido. É evidente o namoro e a aproximação à extrema-esquerda por parte do doutor António Costa. E é evidente e claro que o PS, pelas posições que tem assumido nestas últimas 48 horas, revela um inequívoco afastamento do centro político onde nos últimos 40 anos da democracia se têm construído os consensos fundamentais ao interesse nacional”.

Nesta conferência de imprensa, realizada enquanto decorria uma reunião da Comissão Política Nacional, Marco António Costa elogiou a proposta de Orçamento do Estado, e mencionou as propostas apresentadas relativas ao IRS e à chamada fiscalidade verde, considerando que se está a construir “uma esperança sustentável” e a abrir “uma nova etapa” para Portugal. “É com total naturalidade, mas também com natural crítica que constatamos a decisão já assumida e publicamente comunicada pelo PS de pretender votar contra este tão importante instrumento para o nosso país”, acrescentou.

O porta-voz sustentou que, enquanto o Governo “se mantém enérgico na sua atitude reformista”, o PS representa “uma oposição que está cansada, esgotada e que se assume de braços cruzados pelo país”. Marco António Costa fez um balanço da actuação do PS desde a liderança de António José Seguro até ao período posterior à vitória de António Costa nas primárias para escolher o candidato socialista a primeiro-ministro, considerando que nunca foi “uma oposição construtiva”, entretanto houve uma promessa de “mudança de rumo”, mas “nada de substancial mudou”.

“Aquilo que se esperaria era algo diferente, e seguramente os portugueses saberão fazer avaliação justa e correta desta postura que o PS está a assumir”, observou, considerando que “maioria e oposição terão de prestar contas ao país”. Marco António Costa espera que o Congresso do PS “sirva para uma reflexão interna” e leve a uma inversão da “já anunciada posição de radicalização à esquerda”.

Matos Rosa

Convenção Autárquica Distrital do PSD de Santarém



José Matos Rosa participou no sábado, 18 de Outubro, na Convenção Autárquica Distrital do PSD de Santarém. Ao final da tarde esteve numa sessão dos 40 anos do PSD, em Celorico da Beira. No Domingo, o secretário-geral do Partido Social Democrata encerrou a VII Edição de Aveiro em Formação, organizado pela JSD-Regional de Aveiro. “Liderança, solidariedade, defesa da costa e valorização do território, emprego, solidariedade ou Europa” foram temas abordados na iniciativa que teve lugar em Vagos.



Orçamento honra “todos os compromissos” do Estado português



Com o Orçamento do Estado para 2015 (OE2015), “o Governo procurou o ajustamento da economia, ao mesmo tempo que lança as bases para a retoma do crescimento”, afirmou a ministra do Estado e das Finanças, Maria Luís Albuquerque, na apresentação da proposta do OE2015, no Ministério das Finanças, dia 15. Maria Luís Albuquerque lembra que “em 2015, pela primeira vez desde a adesão ao euro, Portugal apresentará um défice inferior a 3 por cento (2,7 por cento)”, o que constitui “um marco essencial para a sustentabilidade das finanças públicas”.

“Foi a determinação dos portugueses que abriu caminho para este objectivo, e foi o empenho do Governo que tornou o processo orçamental mais transparente, colocando também a tónica no combate à fraude e à evasão fiscal - e agora colhemos estes frutos”, referiu Maria Luís Albuquerque, salientando que “podemos e devemos olhar 2015 com mais esperança” perante as metas de “sustentabilidade das finanças públicas” e de “um crescimento económico criador de emprego”.

“Sendo um orçamento elaborado fora do programa de ajustamento, tem maior autonomia e, por isso, maior responsabilidade, uma vez que os nossos objectivos ainda não foram totalmente atingidos”, realçou Maria Luís

Albuquerque. Explicando que “os efeitos das decisões do Tribunal Constitucional, no que diz respeito à redução da despesa, não se esgotaram em 2014”, a responsável pela pasta das Finanças referiu que esta rubrica “continua a ter uma componente fixa muito pesada, com um impacto de 1360 mil milhões de euros. A estes efeitos, acresceram ainda as dificuldades decorrentes da entrada em vigor do Sistema Europeu de Contas”.

“O Governo trabalhou para reduzir a despesa de forma efectiva”, sintetizou Maria Luís Albuquerque, exemplificando com a Contribuição Extraordinária de Solidariedade, “para além das diversas medidas aprovadas do lado da receita”. “A meta de 2,7 por cento do défice apontada para 2015 está ligeiramente acima do limite acordado com os nossos parceiros externos (2,5 por cento), mas demonstra o empenho em cumprir com os nossos compromissos internacionais”.

De acordo com a ministra, “o OE2015 assegura o sentido de responsabilidade para garantir a sustentabilidade das finanças públicas”. E referiu alguns indicadores económicos positivos para 2015: “Aumentará o poder de compra, uma vez que só as pensões mais altas serão taxadas, o salário mínimo nacional aumentou, as pensões serão actualizadas novamente, e também o mercado de

trabalho regista melhorias”.

“Com a reforma do IRC, conseguida com o acordo do maior partido da oposição, a taxa deste imposto reduzir-se-á para 21 por cento, garantindo uma estabilidade fiscal que contribuirá para que haja mais investimento, o que é fundamental para a recuperação económica do País”, destacou também Maria Luís Albuquerque.

A ministra realçou que o défice português fica “abaixo dos 3 por cento do PIB pela primeira vez desde a adesão ao euro”, o que, considerou, “evidencia um esforço de ajustamento significativo”. “Com o défice orçamental inferior a 3 por cento, atingiremos o terceiro excedente primário consecutivo e o rácio da dívida pública continuará a descer. Por outro lado, o crescimento do PIB deverá acelerar (1,5 por cento), ao mesmo tempo que a taxa de desemprego manterá uma trajectória descendente (13,4 por cento)”, pelo que “2015 continuará a ser um ano de desafios, mas também de novas conquistas”, concluiu.

Intervenção na íntegra da ministra de Estado e das Finanças

«Muito boa tarde,

As minhas primeiras palavras de hoje vão para a equipa do Ministério das Finanças - em particular da DGO, do GPEARI, da DGTf, da AT e dos gabinetes - que, mais uma vez, evidenciaram o seu profissionalismo e dedicação absolutamente exemplares, permitindo-nos concluir com qualidade, rigor e dentro dos prazos, mais um exercício de preparação do Orçamento do Estado. Os meus mais sinceros agradecimentos a todos.

A Proposta do Orçamento do Estado para 2015 foi hoje entregue na Assembleia da República, cumprindo os prazos legais previstos para a sua apresentação pelo Governo. A Proposta de Orçamento foi também enviada à Comissão Europeia, imediatamente a seguir à entrega no Parlamento, em conformidade com os prazos e regras do Semestre Europeu - no qual Portugal começa a participar este ano, findo o Programa de Ajustamento Económico.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Em 2015, pela primeira vez desde a adesão ao euro, Portugal registará um défice abaixo de 3%, cumprindo as responsabilidades assumidas perante a Europa e os resultados prometidos aos Portugueses.

Será um marco decisivo para a sustentabilidade das finanças públicas, que apenas é possível na sequência de um intenso esforço de ajustamento, efectuado de forma conjunta ao longo dos últimos três anos. Foi a determinação de todos os Portugueses que abriu caminho à recuperação gradual da actividade económica e à melhoria das perspectivas. Foi o empenho reformista do Governo que assegurou uma correcção progressiva do défice orçamental, definindo uma trajectória exigente, mas compatível com o contexto económico e atenta às necessidades dos Portugueses com menos rendimento. Não é - de facto - a primeira vez que se fixa um objectivo para o défice inferior a 3%, mas será a primeira vez que este será efectivamente cumprido. Ao longo dos últimos três anos, trabalhámos para tornar o processo orçamental mais transparente, para sujeitar as contas públicas a maior escrutínio, para melhorar os procedimentos de monitorização internos e para combater de forma mais eficaz a fraude e evasão fiscais. Hoje, colhemos os frutos de todo este trabalho. Hoje, podemos - e devemos - olhar o próximo ano com mais esperança.

A Proposta de Orçamento do Estado para 2015 não se distingue apenas por ficar abaixo do limite de 3% do PIB para o défice orçamental. Marca também o primeiro orçamento do período Pós-Programa.

É, assim, um orçamento de maior autonomia. É - por essa razão - um orçamento de responsabilidade acrescida. O sentido de responsabilidade manifesta-



-se – em primeiro lugar – no reconhecimento de que o ajustamento não está ainda completo, não obstante os vários progressos alcançados ao longo do Programa. E concretiza-se na preparação de um orçamento sério, que assegure a continuidade do ajustamento orçamental – não porque este nos é imposto perante uma situação de bancarrota iminente, mas porque assumimos que é uma condição necessária para a sustentabilidade das finanças públicas e, subsequentemente, para alcançar um crescimento verdadeiramente sustentado e criador de emprego.

Dada a importância efectiva e simbólica do Orçamento do Estado para 2015, o

Governo iniciou a sua preparação atempadamente, no quadro da elaboração do Documento de Estratégia Orçamental para 2014-2018 em Abril.

Tendo conhecido os dados da execução de 2013 e mediante uma reavaliação do exercício orçamental de 2014, o Governo definiu então a trajectória orçamental de médio-prazo e determinou o montante de medidas necessário para atingir o objectivo de 2,5% do PIB para o défice orçamental em 2015, conforme fixado no quadro do Programa de Ajustamento e no âmbito do Procedimento por Défices Excessivos.

Recordo que este limite fora negociado na primavera de 2013, quando – mediante a deterioração da actividade económica e do contexto externo –, foi acordado estender para 2015 o prazo para cumprimento do limite de 3% do PIB para o défice.

Com base nas perspectivas macroeconómicas à data do DEO, concluiu-se que seriam necessárias medidas de consolidação orçamental equivalentes a 0,8% do PIB para assegurar a redução do défice para o limite estabelecido. As medidas foram definidas e aprovadas pelo Conselho de Ministros em Abril, servindo também de base à elaboração dos tectos de despesa plurianuais.

Neste quadro, a preparação do Orçamento para 2015 estaria assim significativamente adiantada. Porém, as decisões do Tribunal Constitucional relativamente a três normas do Orçamento de 2014 e a dois diplomas que antecipavam a base legislativa do Orçamento de 2015 vieram alterar profundamente as circunstâncias, com impactos quer no exercício orçamental deste ano, quer



no do próximo.

No que respeita a 2014, a impossibilidade de aplicar a redução remuneratória de 2,5% a 12% a partir de 31 de maio causou uma pressão significativa sobre as despesas com pessoal, obrigando à revisão dos tectos de despesa e, consequentemente, à apresentação de um Orçamento Rectificativo. A decisão de reintroduzir a redução remuneratória de 3,5% a 10% permitiu mitigar este impacto, mas não o poderia compensar por completo. Não obstante, mediante a evolução mais favorável do mercado de trabalho e a recuperação da confiança expressa na evolução da procura interna, bem como os resultados expressivos do combate à fraude e evasão fiscais, verificou-se que a revisão em alta da receita fiscal e a melhoria esperada do saldo da Segurança Social permitiriam acomodar o impacto das decisões do Tribunal Constitucional em 2014 – assegurando, sem necessidade de recorrer a medidas de consolidação adicionais, o cumprimento do limite de 4% para o défice orçamental.

Porém, os efeitos do Tribunal Constitucional não se esgotaram em 2014. Em particular, a alteração do desenho da redução remuneratória prevista para 2015, a declaração de inconstitucionalidade de duas outras medidas do Orçamento de 2014 – que se manteriam no próximo ano – e a impossibilidade de introduzir a contribuição de sustentabilidade sobre as pensões resultaram num impacto global de sensivelmente 1.360 milhões de euros – quando comparados o exercício de 2015 previsto

no DEO e o exercício de 2015 possível na sequência dos Acórdãos do Tribunal Constitucional.

A estes efeitos, acresceram ainda as dificuldades criadas pela entrada em vigor do novo sistema europeu de contas – o SEC2010. Dificuldades criadas pelo conhecimento total dos impactos da alteração apenas no final de Setembro. E dificuldades decorrentes da própria alteração metodológica que, entre outros efeitos, conduziu à incorporação de um total de 268 entidades no perímetro das Administrações Públicas. Objectivamente, a entrada destas novas entidades representa um aumento dos compromissos do Estado – com despesas com pessoal, com juros, e com tantas outras rubricas cuja rigidez dificulta significativamente a actuação do Governo.

Não obstante as dificuldades decorrentes das decisões do Tribunal Constitucional e da entrada em vigor do SEC2010, o Governo trabalhou empenhadamente – ao longo do processo de elaboração do Orçamento – para continuar a reduzir a despesa de forma efectiva. Deparando-se com a necessidade de medidas adicionais para cumprir o limite de 2,5% do PIB para o défice, o Governo centrou os esforços em encontrar medidas adicionais de redução de despesa. Neste contexto, destaca-se a decisão de introduzir um tecto máximo para o recebimento de prestações sociais, bem como o ajustamento da contribuição extraordinária sobre as pensões de elevado valor e a intensificação dos esforços no âmbito da Reforma do Estado. Foram ainda aprovadas medidas não fiscais do lado da receita, relevando a alteração da contribuição sobre o serviço rodoviário e o reforço da contribuição do sector bancário.

Considerando estas medidas adicionais, o esforço global de consolidação permitia reduzir o défice orçamental para 2,7% do PIB. Dada uma limitada abertura para medidas de montante significativo do lado da despesa, a intensificação deste esforço obrigaria a um novo aumento dos impostos. Neste contexto, após ponderação cuidada entre os custos de novas medidas do lado da receita fiscal, na recuperação da confiança dos agentes económicos e os custos que poderia ter na credibilidade externa o não cumprimento estrito do limite de 2,5% para o défice orçamental em 2015, o Governo optou por não aumentar os impostos. A Proposta de Orçamento para o próximo ano tem assim subjacente um défice orçamental de 2,7% do PIB. Este objectivo encontra-se ligeiramente acima do compromisso específico para o défice, mas sucede a três anos de esforço muito intenso e de cumprimento dos requisitos do ajustamento nas suas várias frentes. Mais ainda, o objectivo reafirma a determinação do País em sair do Procedimento por Défice Excessivo no ano de 2015 e demonstra o empenho em prosseguir o ajustamento no Pós-Programa.

O Orçamento do Estado para 2015 assegura assim o sentido de responsabilidade que se exige para garantir a sustentabilidade das finanças públicas. Não obstante, o próximo ano é também marcado por um conjunto de iniciativas que possibilitarão algum desagravamento dos sacrifícios exigidos aos Portugueses no contexto de emergência que marcou os últimos três anos.

A este respeito, é de sublinhar o aumento do poder de compra que será sentido por muitas famílias, e em particular:

- Pelos pensionistas, pois apenas se mantém a contribuição adicional que é exigida a pensões de elevado valor;

- Pelos trabalhadores do sector público, com a reversão de 20% da redução remuneratória, ainda que não tenha sido ainda possível iniciar o descongelamento das progressões e carreiras conforme a intenção inicial deste Governo; e por último

- Pelos Portugueses que auferem menores rendimentos, nomeadamente pelo aumento do salário mínimo nacional; pela nova actualização das pensões mínimas, sociais e rurais; e, de um modo geral, pela melhoria das condições do mercado de trabalho.

Em 2015, também as empresas contarão com uma melhoria do seu contexto de actuação. Correspondendo à expectativa criada com a reforma do IRC, proceder-se-á à redução da taxa de imposto para 21%. Importa recordar que esta reforma conta

com o apoio do Partido Socialista, sendo que a continuação da redução da taxa de imposto responde à recomendação do grupo de acompanhamento da re-



forma do IRC que integra um representante do Partido Socialista. A estabilidade e a previsibilidade fiscais são elementos fundamentais na promoção do investimento, que por sua vez é o motor da recuperação económica, através do seu papel na criação de emprego e riqueza.

Ainda no âmbito da fiscalidade, releva clarificar a necessidade de não pôr em causa a credibilidade que foi arduamente reconquistada. Neste sentido, não foi ainda possível – nesta Proposta de Orçamento do Estado – proceder a um desagramento imediato da carga fiscal para as famílias. Não obstante, reconhecendo a importância de sinalização desta medida, optou-se por introduzir um crédito fiscal que permitirá desagrar, parcial ou totalmente, a colecta da sobretaxa referente ao ano de 2015 – que ocorre em 2016. Trata-se da primeira vez que é fixado na lei um limite a partir do qual o excedente da receita de certos impostos reverterá a favor dos contribuintes e não será canalizado para financiar aumento de despesa.

Mais ainda, aproveito esta oportunidade para transmitir que no Conselho de Ministros de amanhã, o Governo irá discutir propostas de reforma no âmbito da fiscalidade verde e do IRS. Esta discussão será apenas um ponto de partida, uma vez que consideramos que seria positivo para o País proceder a um debate mais alargado, envolvendo nomeadamente o Partido Socialista, de forma a conseguir algum alívio fiscal para famílias com filhos ou ascendentes a cargo. Noto que as medidas concretas associadas a estas reformas deverão ter um impacto global neutro no orçamento, pelo que não teriam de ser definitivamente concluídas a tempo da apresentação da Proposta de Orçamento.

O ano de 2015 continuará a ser um ano de desafios. Exige assim a manutenção do mesmo rigor e espírito reformista que têm marcado a presente legislatura.

Não obstante, importa salientar que será também um ano de novas conquistas.

- Para além de registar um défice orçamental inferior a 3%, Portugal deverá obter, em 2015, um excedente orçamental primário de 2,2% do PIB – o terceiro excedente primário consecutivo;

- Após iniciar uma trajectória descendente em 2014,



estima-se que o rácio da dívida pública torne a diminuir em 2015, situando-se em 123,7% do PIB;

- O ajustamento orçamental prosseguirá em paralelo com a recuperação gradual da economia em 2015. O crescimento do PIB deverá acelerar para 1,5%. Mais importante ainda, deverá assentar em contributos positivos da procura interna e da procura externa líquida, denotando uma mudança importante no modelo de crescimento. A taxa de desemprego, por sua vez, deverá atingir os 13,4% em 2015 – sendo ainda muito elevada, manterá ainda assim uma trajectória descendente.

A Proposta de Orçamento do Estado para 2015 assegura assim um importante equilíbrio entre a responsabilidade de prosseguir o ajustamento da economia e a importância de suportar a recuperação da confiança e a própria retoma da economia.

É uma Proposta que honra todos os compromissos assumidos – os compromissos objectivos assumidos com a Europa e os compromissos invioláveis assumidos perante os Portugueses – compromissos de criar as bases para um futuro melhor e mais sustentável.

Muito obrigada.»

Reunião do Eurogrupo

Maria Luís Albuquerque informa os parceiros europeus da proposta de Orçamento

A ministra das Finanças confirmou, no Luxemburgo, que a proposta de Orçamento do Estado para 2015 contempla uma possível redução da sobretaxa de IRS, mas apenas em 2016, e dependendo dos resultados do combate à evasão fiscal. No final de uma reunião do Eurogrupo, dia 13, Maria Luís Albuquerque escusou-se a revelar detalhes sobre o teor da proposta de Orçamento de Estado para o próximo ano, aprovado na madrugada de domingo pelo Governo, dado o documento só ser apresentado à Assembleia da República e enviado para Bruxelas, limitando-se a “confirmar a notícia” de uma redução da sobretaxa de IRS, mas sob determinadas condições, e ainda não em 2015. “Haverá um mecanismo, que será depois explicado a seu tempo, mas de facto haverá um mecanismo que permitirá, se o resultado do combate à fraude e evasão fiscal for superior a um determinado patamar, isso reverterá a favor dos contribuintes numa redução, numa redução da sobretaxa, quando for feita a liquidação do imposto respectivo a 2015, que é uma coisa que só acontece em 2016. Mas de facto há a ideia de fazer isso”, afirmou.

Questionada, na conferência de imprensa após a reunião de ministros das Finanças da zona euro, sobre a razão pela qual o Governo não avançou para uma redução da sobretaxa de IRS já em 2015, a ministra vincou que essa não foi uma matéria em discussão no Eurogrupo, e apontou que só voltará a falar sobre o orçamento no dia em que o apresentar, ou seja, na quarta-feira, pois “só depois de entregue no parlamento haverá uma comunicação pública”.

“É verdade que nós concluímos o programa da ‘troika’, mas não saímos do euro nem deixámos de ter compromissos associados à moeda única. Portanto, aquilo que eram as nossas obrigações continuam a ser, o nosso diálogo com a Comissão Europeia mantém-se como sempre se manteve”, afirmou.

Os ministros das Finanças da zona euro tiveram uma discussão preliminar sobre os planos orçamentais para o próximo ano, com Maria Luís Albuquerque a informar os seus parceiros da aprovação da proposta Orçamento de Estado para 2015 pelo Governo. De acordo com as regras da governação económica da União Europeia, no quadro do “semestre europeu” de coordenação de políticas económicas, os países membros da zona euro têm que apresentar os seus planos orçamentais até 15 de Outubro, de modo a que possam ser analisados pela Comissão Europeia, que pode solicitar alterações se entender que as propostas não estão em conformidade com os objectivos de médio prazo do Estado-Membro em questão.

Na semana em que termina então o prazo para a entrega dos planos orçamentais - a mesma data aplica-se à apresentação da proposta perante a Assembleia da República -, Maria Luís Albuquerque deu conta aos seus parceiros, numa reunião no Luxemburgo, de que o Governo já aprovou, na madrugada de dia 12, a proposta do Governo de Orçamento de Estado para 2015 e as Grandes Opções do Plano, numa reunião extraordinária do Conselho de Ministros que se prolongou por 18 horas. A discussão no Eurogrupo será para já genérica, pois o fórum de ministros da zona euro só se reunirá, num Conselho especial, para analisar as propostas de orçamento dos Estados-membros a 21 de Novembro, já com os pareceres da Comissão Europeia. A primeira reunião centrou-se numa discussão sobre formas de impulsionar o investimento privado na economia, depois de nos encontros anteriores os Estados-membros da zona euro terem discutido a necessidade de baixar a carga fiscal sobre o trabalho, ainda e sempre no contexto dos esforços para uma retoma económica mais efectiva.



Governo aprovou reforma do IRS



O Governo aprovou, em Conselho de Ministros, as propostas de lei que reformam o código do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS) e a Fiscalidade Verde e apresentou-as dia 16, em conferência de imprensa. O Código do IRS vai passar a ter um novo regime de deduções para abranger todas as despesas familiares até aos 600 euros por casal e é também criado um quociente familiar que atribui uma ponderação de 0,3 pontos por cada dependente e ascendente do agregado familiar.

Principais aspectos da proposta de reforma do Código do IRS

O Governo vai substituir o actual quociente conjugal do IRS por um quociente familiar, atribuindo uma ponderação de 0,3 pontos por cada dependente e ascendente do agregado familiar no cálculo do rendimento colectável em sede de IRS no caso da tributação conjunta. Se a declaração de rendimentos for entregue em separado, o ponderador é dividido por dois. No entanto, o Governo impõe limites à redução da colecta resultante da aplicação do novo quociente que, no caso da tributação separada, não pode ser superior a 300 euros nos agregados com um dependente, a 625 nos agregados com dois dependentes e a 1.000 euros nos agregados com três ou mais dependentes.

Se a opção for pela tributação conjunta, a redução à colecta não pode ser superior a 600 euros nos agregados com um dependente, a 1.250 euros nos agregados com dois dependentes e a 2.000 euros nos agregados com três ou mais dependentes, segundo a proposta do Executivo.

O Governo prometeu ainda que, "se a situação económica e financeira do país permitir", a ponderação do quociente familiar no IRS deverá ser alargada para os 0,4 em 2016 e para os 0,5 em 2017 no caso da tributação conjunta. Já na tributação separada, a ponderação do quociente familiar nestes anos é também dividida por dois.

A proposta de lei da reforma do IRS, a que a Lusa teve acesso, refere ainda que os limites à aplicação do quociente familiar devem ser aumentados "em 12,5 por cento nos anos de 2016 e 2017".

Despesas familiares com dedução até 600 euros

O Governo vai criar um novo regime de deduções em sede de IRS que abrange todas as despesas familiares até

aos 600 euros por casal. A proposta prevê reforçar para 15 por cento a percentagem da dedução com as despesas com saúde (com limite de 1.000 euros), dedução que vai basear-se no regime de e-factura.

Entre as despesas que serão consideradas como despesas gerais familiares estão as relativas a vestuário, supermercado, água, luz e telecomunicações, além dos encargos com educação e habitação, entre outros.

Os dependentes e ascendentes a cargo terão direito a uma dedução fixa de IRS de 325 euros no caso dos filhos, e de 300 euros no caso dos pais a cargo dos sujeitos passivos, segundo a proposta do Governo.

A dedução destes montantes fixos é aplicada "sem prejuízo da aplicação da ponderação por dependente ou ascendente no âmbito do quociente familiar".

Vales sociais de educação para dependentes até 25 anos

O Governo vai alargar os vales sociais aos jovens dependentes até aos 25 anos (os chamados 'vales educação'), podendo estes 'tickets' ser usados para pagar escolas e despesas com manuais e livros escolares.

Estes títulos, que são isentos de tributação, podem ser atribuídos pelas empresas a trabalhadores que tenham a cargo filhos entre os 7 e os 25 anos, que estejam a estudar e cujas despesas de educação sejam suportadas pelos pais.

Tributação separada

A tributação separada é uma novidade da proposta do Governo, que segue uma sugestão da comissão de reforma do IRS: a tributação separada do casal vai passar a ser a regra, ficando salvaguardada a possibilidade de os cônjuges optarem pela tributação conjunta, o que beneficia os casais com rendimentos muito díspares.

Alargamento do conceito de dependente

Alarga-se o conceito de dependente para efeitos de tributação do agregado familiar, passando a incluir os filhos até aos 25 que residam com os pais e que ainda não auferam rendimentos.

Isenção de mais-valias obtidas pela

alienação de casas de habitação

Esta proposta, que deverá ser transitória até 2020, prevê a exclusão de tributação das mais-valias obtidas com a alienação de imóveis de habitação própria quando esse valor for utilizado para pagar total ou parcialmente o empréstimo contraído para a compra desse imóvel.

Apoio à mobilidade geográfica

Exclusão de tributação em sede de IRS da compensação recebida pelos trabalhadores por conta de outrem que trabalhem a mais de 100 quilómetros de casa.

Além desta compensação, ficam também excluídas de tributação as despesas e encargos suportados directamente pela empresa com a deslocação destes trabalhadores.

Apoio ao empreendedorismo individual

O Governo vai reduzir o IRS em 50 por cento no primeiro ano e em 25 por cento no segundo ano aos trabalhadores que iniciem actividade por conta própria.

Regime para expatriados

Criação de um regime para expatriados que permite que a compensação paga pela deslocação para fora do país fique isenta de tributação até ao limite de 10.000 euros.

Isenção de tributação de actos isolados até 4 vezes o IAS

O rendimento pago através de actos isolados até um montante de 1.676,88 euros (ou seja, quatro vezes o valor do Indexante dos Apoios Sociais) ficará isento de IRS e não será preciso apresentar quaisquer obrigações declarativas, de acordo com a proposta do Executivo.

Alargamento das despesas dedutíveis no âmbito dos rendimentos prediais

O Governo vai propor a consagração do arrendamento como actividade económica e vai permitir a dedução à colecta dos gastos que sejam de facto suportados pelo contribuinte que aufera rendimentos prediais.

Alargamento do incentivo fiscal à poupança

Outra medida que deverá entrar em vigor em Janeiro de 2015 passa pela ampliação do incentivo fiscal à poupança, através do alargamento do regime fiscal aplicado aos seguros de capitalização a outras formas de poupança com prazos de imobilização entre os cinco e os oito anos (caso dos depósitos a prazo).

Medidas de simplificação do imposto

Um dos objectivos da reforma era tornar o imposto e as obrigações declarativas mais simples. Nesta área, a proposta do Governo alarga a dispensa da entrega de declarações e cria a declaração simplificada de IRS, que será pré-preenchida pelos serviços e aplicada aos contribuintes abrangidos pela tributação separada.

Além disso, a reforma inclui soluções que permitem dispensar a apresentação de cerca de 30 obrigações declarativas por parte de muitos contribuintes, bem como a redução destas obrigações a um ato mais simples, de confirmação de uma liquidação pré-elaborada pelos serviços.

Principais medidas da proposta da Fiscalidade Verde

Preço do gasóleo pode aumentar 3,37% com nova taxa

O Governo pretende que introduzir uma taxa de

carbono de 15 euros no próximo ano, para os sectores que ainda não estão abrangidos pelo Comércio Europeu de Licenças de Emissão (CELE), como a energia e processos industriais, gases, resíduos, agricultura, terciário e residencial.

Ora, segundo estimativas da Comissão de Reforma da Fiscalidade Verde, liderada por Jorge Vasconcelos, uma taxa de carbono neste valor implicava um aumento de 4,64 por cento no preço do gasóleo agrícola, de 3,37 por cento no gasóleo, de 2,87 por cento na gasolina 'sem chumbo 95', de 2,72 por cento no gás butano e de 2,23% no propano.

Com esta medida, o Executivo prevê arrecadar 95 milhões de euros.

Sacos de plástico vão custar 10 cêntimos em 2015

Os sacos de plástico vão passar a custar dez cêntimos, incluindo o IVA, a partir do próximo ano.

O objectivo é reduzir, já em 2015, a utilização destes sacos dos 466 para os 50 por habitante durante o ano. Pretende-se que em 2016 sejam usados apenas 35 sacos de plástico por habitante por ano.

Esta medida trará 40 milhões de euros aos cofres do Estado, estima o Governo.

Ainda na área dos resíduos, o Governo pretende rever a Taxa de Gestão de resíduos, de 5,5 euros por tonelada para 2015 e 11 euros por tonelada em 2020, com o objectivo de "desincentivar o depósito em aterro", prevendo arrecadar 2,5 milhões de euros.

Reforço do peso das emissões de carbono nas taxas do Imposto Sobre Veículos (ISV)

O Executivo pretende que as taxas de ISV sejam agravadas em função das emissões de dióxido de carbono, bem como a revisão do limite destas emissões dos táxis para efeitos da concessão de benefícios fiscais em sede deste imposto.

Com estas duas medidas, o Governo espera alcançar uma receita fiscal de 28 milhões de euros.

Incentivo fiscal ao abate de veículos em fim de vida

O Governo retoma ainda o incentivo fiscal ao abate de veículos ligeiros em fim de vida, traduzido na redução do ISV "até à sua concorrência" ou na atribuindo um subsídio na compra de carros novos menos poluentes.

Este subsídio pode ser de 4.500 euros na compra de um veículo eléctrico novo, de 3.250 euros, na compra de um veículo híbrido 'plug-in', e de 2.000 euros novo cujo nível de emissão de carbono não ultrapasse os 100 gramas por quilómetro, refere a proposta de lei do Governo, a que a agência Lusa teve acesso.

O Executivo pretende incentivar ainda o uso de carros eléctricos, híbridos, GPL e GNV, tal como a criação de sistemas de partilha de viaturas e de bicicletas, e permite a dedução do IVA em viaturas de turismo eléctricas ou híbridas "plug-in".

Monumentos registam mais 8 por cento de visitantes

Os museus, monumentos e palácios tutelados pela Secretaria de Estado da Cultura (SEC) receberam 2,4 milhões de visitantes no primeiro semestre deste ano. Trata-se de um aumento de 8 por cento em relação a igual período de 2013. De acordo com um comunicado divulgado pelo gabinete do secretário de Estado da Cultura, Jorge Barreto Xavier, a SEC registou um aumento de 177 mil visitantes nestes equipamentos culturais do Estado no primeiro semestre deste ano, face ao mesmo período do ano passado.

O Mosteiro dos Jerónimos foi o monumento mais visitado, com 368 mil entradas - mais 10 mil que em 2013 - seguido pela Torre de Belém, com 242 mil visitantes, e o Museu Nacional de Arte Antiga, com 143 mil visitantes. O Museu Nacional de Arte Antiga, na dependência da DGCP, foi a instituição com a maior variação positiva, tendo registado um aumento de visitantes na ordem dos 123 por cento face ao ano passado, assinala a mesma nota da SEC.

Os espaços afectos à DRCN foram visitados, no primeiro semestre de 2014, por 437 mil pessoas, mais 112 mil que em 2013, sendo que, deste conjunto, o maior número de visitantes foi registado no Castelo de Guimarães, visitado por 138 mil pessoas.

Na zona centro do país, 114 mil pessoas visitaram os museus e monumentos sob dependência da DRCC, num acréscimo de seis mil pessoas face a 2013. O Museu de Aveiro, localizado no Convento de Jesus, edifício do século XV que alberga uma colecção de arte sacra, foi o mais visitado deste universo, com 21 mil entradas.

No Alentejo, houve um aumento de cerca de 2 mil visitantes, face ao ano passado. No total, os equipamentos culturais foram visitados por mais de 41 mil pessoas, das quais cerca de 12 mil passaram pelo Museu de Évora. O maior crescimento registou-se na Casa de Burgos, também em Évora, que teve um aumento de 70 por cento no número de visitantes.

No Algarve, a SEC contabilizou um total de 122 mil visitantes, registando um aumento de 11 por cento, com a Fortaleza de Sagres a ser o monumento mais visitado deste conjunto, num aumento de 10 mil pessoas em comparação com 2013.

Estes números incluem todos os museus, monumentos e palácios afectos à Direcção-Geral do Património Cultural (DGPC), à Direcção-Regional de Cultura do Norte (DRCN), à Direcção-Regional de Cultura do Centro (DRCC), à Direcção-Regional de Cultura do Alentejo (DRCALENT) e à Direcção-Regional de Cultura do Algarve (DRCALG).



Portugal quer colaborar no apoio internacional à África Ocidental

O ministro dos Negócios Estrangeiros, Rui Machete, anunciou em Milão, que Portugal está disposto a colaborar no apoio da comunidade internacional ao continente africano para fazer face ao vírus Ébola, focando “naturalmente” os seus esforços na África Ocidental. Em declarações à saída da cimeira ASEM (Ásia-Europa), na qual participou na semana passada, Rui Machete, que representou o Governo português no encontro de chefes de Estado e de Governo, apontou que o combate ao Ébola foi um dos assuntos em destaque na sessão de 17 de Outubro, e referiu que “todas as intervenções sublinharam a necessidade de um apoio da comunidade internacional” a África, no qual Portugal está disposto a participar.

“Foi acentuada a necessidade de um esforço financeiro grande e de um esforço médico grande. Portugal, de resto, está disposto a colaborar. No sábado passado, o secretário de Estado (norte-americano, John) Kerry falou comigo a esse respeito, e eu disse-lhe que nós, certamente, iríamos colaborar, dentro das nossas possibilidades, embora naturalmente acentuando as zonas que mais nos podem interessar, que é a parte ocidental de África”, afirmou.

O chefe de diplomacia comentou que, “até agora, felizmente, não há casos nenhuns em países lusófonos, mas há situações muitíssimo graves, designadamente na Serra Leoa, Guiné-Conacri e outros países africanos”, e apontou que, na cimeira ASEM, tanto europeus como asiáticos concordaram com a necessidade de a comunidade internacional ser “generosa”, de “realmente dar um apoio substancial aos países africanos onde o Ébola



se tem manifestado”, bem como “garantir a segurança de médicos e enfermeiros”.

Questionado sobre se está prevista alguma acção no quadro da CPLP (Comunidades de Países de Língua Portuguesa), Rui Machete apontou que está agendada uma reunião da organização para o próximo dia 28, na Guiné-Bissau, e disse ser “natural que (a questão) venha à superfície”, dado o risco real de o vírus atingir outros países.

O director-geral de Saúde, Francisco George, disse, à chegada a Bissau, que Portugal está disponível para enviar equipas médicas para a Guiné-Bissau para manter o país livre do vírus Ébola. “Se o governo guineense assim o requisitar, naturalmente que a resposta é positiva. É verdade [já há equipa pronta], mas depende sobretudo daquilo que as autoridades guineenses solicitarem”, referiu Francisco George, que chegou na última madrugada a Bissau, acompanhado pelo presidente do Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM), Paulo Campos.

O objectivo da visita é reforçar os laços de cooperação entre os dois países, sobretudo agora, com o vírus à porta. “Se apoiarmos os trabalhos de controlo de uma epidemia, os outros países ficam com menos risco”, acrescentou Francisco George.

A Organização Mundial de Saúde teme um aumento expressivo do número de infecções pelo Ébola: podem subir dos atuais 1000 até a 10.000 novos casos por semana, até ao final do ano, na África Ocidental.

Litoral recebe 300 milhões de euros

O ministro do Ambiente, Jorge Moreira da Silva, anunciou que o Governo vai investir até ao final do próximo ano 300 milhões de euros em três centenas de intervenções para proteger o litoral português. “No total, entre Orçamento de Estado e fundos comunitários, estaremos nestes dois anos [2014 e 2015] a alocar”, afirmou Jorge Moreira da Silva em Óbidos, à margem da assinatura do contrato de financiamento entre o Programa Operacional Temático Valorização do Território (POVT) e a Agência Portuguesa do Ambiente, para uma intervenção de dragagem na Lagoa de Óbidos.

O investimento demonstra que a protecção da orla costeira se mantém entre as prioridades do Governo para o próximo ano, o que diz ser “perfeitamente justificável” tendo em atenção “a fragilidade da costa” e o facto de nas últimas duas décadas terem ficado por concretizar várias “intervenções que estavam previstas no papel”.

O ministro do Ambiente adiantou que a verba será investida em operações de protecção de pessoas e bens, algumas das quais já em execução, uma vez que todas as intervenções prioritárias estão identificadas no Plano de Acção do Litoral. “Há muito tempo que sabemos o que é prioritário, isso está no papel há tempo suficiente para que saibamos como agir e de que forma intervir”, afirmou.

O Orçamento de Estado do próximo ano na área do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia é de 752,4 milhões de euros. Por medidas, o documento estipula 341,7 milhões de euros para a área da habitação e Serviços Colectivos – Protecção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza, sendo que a maior parte desta verba será afectada à defesa da orla costeira.



Conselho de Ministros de 16 de Outubro de 2014

1. O Conselho de Ministros aprovou as propostas de lei que altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares e que aprova a reforma da fiscalidade verde.

2. O Conselho de Ministros aprovou um conjunto de alterações ao Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social.

Estas alterações têm como objectivo responder a uma nova realidade social e a novos modelos de organização, por forma a dotar o movimento associativo de um suporte jurídico que permita aprofundar a sua modernização e desenvolvimento.

Entre as principais alterações, destacam-se:

- Reformulação da definição de instituições particulares de solidariedade social, determinando-se que a sua actuação seja pautada pelo cumprimento dos princípios orientadores da Lei de Bases da Economia Social;

- Clara separação entre os fins principais e instrumentais das instituições;

- Introdução de normas que possibilitam um controlo mais efectivo dos titulares dos órgãos de administração e fiscalização;

- Instituição da limitação dos mandatos dos presidentes das instituições, ou cargos equiparados, em três mandatos consecutivos;

- Introdução de regras mais claras para a concretização da autonomia financeira e orçamental, bem como para o equilíbrio técnico e financeiro.

3. O Conselho de Ministros aprovou na generalidade, no âmbito da regulamentação da Lei de Bases da Política de Ordenamento e de Gestão do Espaço Marítimo Nacional, o regime jurídico aplicável quer ao ordenamento do espaço marítimo nacional e ao seu acompanhamento permanente e respectiva avaliação técnica, quer à utilização desse espaço.

É estabelecido que os procedimentos de atribuição de títulos de utilização privativa do espaço marítimo nacional são realizados por via electrónica, através de um balcão único electrónico, o qual permite a articulação com outros procedimentos eventualmente necessários para o exercício de um uso ou de uma actividade desenvolvidos no espaço marítimo nacional.

Deste modo, para o interessado haverá apenas um interlocutor desmaterializado, que deve articular os diferentes procedimentos através do balcão único electrónico.

A atribuição de um título de utilização privativa do espaço marítimo nacional obriga o seu titular a uma utilização efectiva e determina o dever de assegurar, a todo o tempo, a adoção das medidas necessárias para a obtenção e preservação do bom estado ambiental do meio marinho e das zonas costeiras, estando obrigado, após a extinção do referido título, a executar as diligências necessárias para a reconstituição das condições físicas que tenham sido alteradas e que não se traduzam num benefício.

4. O Conselho de Ministros aprovou a alteração da Lei Orgânica do Ministério da Saúde e nova orgânica da Administração Central do Sistema de Saúde, I.P., (ACSS) e das Administrações Regionais de Saúde, I.P., (ARS).

Estas alterações visam, em particular, acolher a Rede Nacional de Cuidados Paliativos e a respectiva coordenação ao nível nacional, através da Comissão Nacional de Cuidados Paliativos (integrada na ACSS) e ao nível regional, através das ARS, no quadro da orgânica do Ministério da Saúde.

5. O Conselho de Ministros aprovou uma alteração à lei orgânica do Ministério da Administração Interna, sobre o modelo de organização da Autoridade Nacional de Protecção Civil (ANPC).

São racionalizados os meios existentes, concentrando na ANPC as funções anteriormente desempenhadas pela Empresa de Meios Aéreos (EMA, S.A.), garantindo a gestão do sistema de aeronavegabilidade e do sistema da qualidade, indispensáveis à operação dos meios aéreos próprios do Estado afectos a missões do Ministério da Administração Interna.



PSD@TV

Luís Montenegro

PS recusa-se a ter uma posição construtiva



O líder parlamentar do PSD admite não ter ficado surpreendido com o anúncio do voto contra do PS à proposta de Orçamento do Estado para 2015 e assegurou que os deputados sociais-democratas demonstram uma “grande coesão” em relação ao documento. “O PS demonstra aqui uma coisa: coerência face àquilo que foi o seu comportamento em toda a legislatura, o PS hoje tem o mesmo comportamento que tinha ontem, o que quer dizer que as mudanças operadas internamente não se traduziram em mudanças de posição política”, afirmou o líder da bancada do PSD, Luís Montenegro, em declarações aos jornalistas, no Parlamento.

Falando minutos depois do anúncio de que o PS iria opor-se na generalidade a proposta de Orçamento do Estado para 2015, Luís Montenegro admitiu que não ficou surpreendido com a decisão dos socialistas, lembrando que o PS nunca esteve ao lado do Governo, mesmo nos momentos mais difíceis da legislatura. “Num orçamento que, felizmente traz mais esperança e é desse ponto de vista mais positivo, nós não esperaríamos que o PS tivesse essa responsabilidade de poder contribuir positivamente para a construção de um país renovado”, sustentou.

Questionado sobre a posição que os deputados do PSD assumiram na reunião da bancada, Luís Montenegro declarou que os parlamentares apoiaram a proposta do Orçamento do Estado de uma forma “muito vinculada” e demonstraram “mais uma vez grande coesão”. O líder da bancada do PSD, que classificou o Orçamento do Estado para 2015 como uma proposta “realista e exequível”, destacou ainda o facto de o Governo não estar a

querer baixar os impostos “a qualquer custo” para “massacrar no ano seguinte a dobrar ou triplicar o esforço que tem de ser pedido para corrigir desequilíbrios”.

Relativamente à proposta de manter a sobretaxa em sede de IRS aplicada ao montante que exceda salário mínimo nacional, sendo introduzido “um crédito fiscal que permitirá desagravar, parcial ou totalmente, a colecta da sobretaxa referente ao ano de 2015”, Luís Montenegro notou que o Orçamento do Estado para o próximo ano é uma proposta para um ciclo político.

Aumenta o poder de compra para as famílias

“A oposição manifestou desconforto talvez por ter compreendido que este é um Orçamento de responsabilidade e um Orçamento de crescimento. Pelo segundo ano consecutivo, aponta para crescimento económico e um crescimento económico acima da média da União Europeia. Porque é um Orçamento do Estado que traz redução do desemprego e porque é um Orçamento do Estado que traz para milhares de famílias, para milhões de famílias, um aumento do poder de compra”, afirmou Duarte Pacheco, numa primeira reacção à proposta de Orçamento do Estado para 2015.

O deputado, que é o coordenador do PSD na comissão parlamentar de Orçamento e Finanças, sustenta que “esse aumento do poder de compra é verificado pelas mais diversas vias: pelo aumento das pensões mínimas, pela devolução de 20 por cento da redução salarial para milhares de funcionários públicos, pelo aumento do salário mínimo, pela possível de redução do IRS para famílias com filhos”.

Duarte Pacheco considera que esse Orçamento foi feito “com sentido de responsabilidade”, por contraste com “aquilo que o PS fez no passado, que foi muito fácil baixar impostos antes das eleições para depois a seguir os ter que aumentar e muito mais”. “Fazemos, sim, pela primeira vez, a criação de um crédito fiscal, numa relação de confiança com os cidadãos, fixando uma meta e dizendo aos cidadãos que se aquela meta for atingida o acréscimo não fica para o Estado, para o Estado alimentar o seu monstro, para alimentar mais despesa pública, esse acréscimo será devolvido”, defendeu, referindo que, “no limite”, pode até ser devolvida a “totalidade da sobretaxa” de IRS com essa medida e não apenas ser reduzida.



Degradação dos cuidados de saúde na Ribeira Grande



O PSD/Açores manifesta “grande preocupação” com “a profunda degradação que se está a verificar na qualidade e no acesso aos serviços de Saúde no concelho da Ribeira Grande” por causa da “opção do governo regional de proceder ao desmantelamento do centro de saúde local”. Numa conferência de imprensa, realizada junto ao Centro de Saúde da Ribeira Grande, dia 17, o deputado social-democrata açoriano Luís Maurício, deu vários exemplos desse desmantelamento e lamentou “que essa opção do governo regional esteja a prejudicar a vida de milhares de açorianos”. Por causa da ação do governo regional o que havia de bom no centro de saúde da Ribeira Grande e que funcionava dando respostas aos cidadãos está a ser destruído. O concelho da Ribeira Grande já é penalizado uma vez que sessenta por cento dos seus habitantes não tem médico de família, a este facto somam-se várias opções que têm tido como consequência a degradação dos cuidados prestados”, constatou.

“É o caso, por exemplo, dos cidadãos da Ribeira Grande que são colocados em lista de espera no Hospital de Ponta Delgada para a realização de ecografias e de mamografias quando o centro de saúde tem aqui equipamentos para realizar estes exames que não estão a ser utilizados ou dos raio x, cujo equipamento apenas funciona até às 16h00. A partir dessa hora e aos fins-de-semana quem se dirige ao centro de saúde e precisa de um raio x tem de se deslocar para Ponta Delgada”, insistiu Luís Maurício.

O deputado indicou ainda a situação das pequenas cirurgias: “O Centro de Saúde da Ribeira Grande tinha uma sala de pequenas cirurgias que respondia às necessidades. Mas o governo regional decidiu encerrar esta sala e enviar os doentes para Ponta Delgada onde se encontram em lista de espera”. Ou seja, acrescentou, “os doentes aqui podiam ter o seu problema resolvido e por causa das más decisões do governo regional estão agora em lista de espera”.

O deputado social-democrata açoriano entende ser “inexplicável” a situação da saúde oral em Rabo de Peixe. “O posto de Saúde de Rabo de Peixe tem uma cadeira de dentista oferecida pela câmara municipal. Ela esteve avariada desde Dezembro de 2013, por inacção do governo regional, e agora que está finalmente reparada continua sem ser utilizada”.

O deputado defende a proposta do PSD/Açores para a criação de Unidades de Saúde Familiar, uma vez que “estas estruturas estão a ser utilizadas com sucesso a nível nacional como forma de melhorar a acessibilidade aos serviços”.

Novos protocolos com outras regiões têm “interesse estratégico”

O PSD/Açores considera que o firmar de novos protocolos com outras regiões “é de interesse estratégico para os Açores”, pelo que solicitou explicações ao governo regional sobre o cumprimento do estabelecido “nas Orientações de Médio Prazo 2013/2016, em que consta o aprofundamento das relações bilaterais com territórios de interesse estratégico, com base no desenvolvimento dos acordos existentes”, declarou o deputado António Ventura. Num requerimento enviado ao parlamento açoriano, o social-democrata recorda que o executivo anunciou “o estabelecimento de novos protocolos, que aliem a componente mais tradicional do relacionamento institucional e político com uma vertente ligada a novas oportunidades económicas, empresariais e comerciais”. Por esse motivo, o deputado solicitou “o descritivo dos novos protocolos ou acordos estabelecidos, e as respectivas regiões”, defendendo que “a cooperação inter-regional e multilateral são fundamentais para os Açores, e devem consubstanciar uma verdadeira política externa, que tarda”.

“Estamos a meio da legislatura, pelo que importa conhecer estas novas oportunidades económicas, empresariais e comerciais, no âmbito de novos protocolos com outros territórios exteriores à região e seus efeitos para os Açores”, adiantou



António Ventura lembra que “têm sido vários os anúncios do governo regional sobre o relacionamento estratégico bilateral, sem no entanto se conhecer a materialização desses anúncios. Aliás, o PSD já questionou a tutela sobre o assunto, e continua sem respostas”, afirmou.

Segundo o parlamentar, “a interacção dos Açores com outras regiões do mundo é fundamental para uma desejada política de relacionamento externo, que proporcione vantagens mútuas nos vários âmbitos, designadamente, sociais, históricos, económicos, geográficos e políticos”.

“A posição geográfica dos Açores, a sua dimensão arquipelágica e a integração de Portugal na União Europeia trouxeram e trazem novas possibilidades de parcerias para o arquipélago, que em muito são fundamentais para o progresso dos Açores”, assegura o social-democrata.

“Deve assim o governo regional esclarecer os benefícios económicos, sociais, científicos, políticos ou outros decorrentes dos novos protocolos e acordos para os Açores. Informando ainda sobre quantas empresas açorianas beneficiam dessas eventuais medidas”, concluiu António Ventura.

POVO LIVRE

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA • Director: MANUEL PEREIRA

OPERAÇÃO REFERENDO

Os Serviços Centrais do PSD já remeteram a todas as Secções os seguintes documentos relativos ao processo referendário:

- Os boletins de votos
- As actas avulsas, adaptadas a cada uma das diferentes estruturas do Partido (Regionais, Distritais e Emigração)
- Cadernos eleitorais em duplicado
- A resolução da Comissão Política Nacional contendo as directivas sobre a operação do referendo
- A circular do Gabinete do Secretário-Geral que salienta aspectos específicos dessa resolução e fornece as instruções adequadas (a resolução e a circular foram, entretanto, publicadas na última edição de «Povo Livre»).

Da parte dos Serviços Centrais do Partido foram, portanto, desenvolvidos os esforços para atempadamente serem fornecidos os elementos necessários, indispensáveis a que a operação referendária decorra com a normalidade por todos desejada.

NO DIA 30 PARTICIPA NO REFERENDO!

A TUA PARTICIPAÇÃO, O TEU VOTO, SÃO INDISPENSÁVEIS!



Referendo — 30.03.85

1	Deve o candidato presidencial apoiar pelo PSD ser portador dum projecto de mudança regenerador do País?	SIM	NÃO
2	Deve esse candidato ser filiado no PSD?	SIM	NÃO
3	Ou deve esse candidato não ser filiado em qualquer Partido?	SIM	NÃO

Boletins de voto já foram distribuídos

REGULAMENTO DO XII CONGRESSO NACIONAL

PÁGINA 12

FIGUEIRA DA FOZ, DIAS 17, 18 E 19 DE MAIO

Medidas calendarizadas não podem sofrer atrasos

PROPOSTA DE CIMEIRA AO PARTIDO SOCIALISTA

A Comissão Política Nacional do PSD, reunida no passado dia 19, apreciou detidamente a situação política, económica e social portuguesa e manifestou a sua profunda apreensão pelo risco de atraso na execução das medidas calendarizadas nas cláusulas complementares ao Acordo de Governo, celebradas em Dezembro de 1984.

Deliberou dirigir uma carta ao Partido Socialista

e expor as razões da apreensão e a propor a urgente realização de uma cimeira entre os dois partidos.

A Comissão Política Nacional debruçou-se ainda sobre as negociações em curso em Bruxelas relativamente à adesão de Portugal à CEE.

Ponderou em especial o teor negativo de diversas propostas apresentadas pela CEE, a forte probabili-

dade do fecho das negociações e a necessidade de ser feito um balanço político parlamentar das conversações mantidas com as Comunidades.

Assim sendo a C.P.N. do Partido Social Democrata deliberou que o seu presidente e vice-primeiro-ministro submetam com urgência ao Governo uma proposta formal no sentido da marcação na Assembleia da República da questão das negociações com a CEE ainda durante o mês de Março, de modo a proporcionar um amplo e sereno debate e uma deliberação do Parlamento sobre um tema de tão grande relevância nacional.

Debate urgente sobre a CEE

Ontem, a Comissão Permanente Nacional continuou a apreciar a grave situação verificada nas negociações com a CEE e a inaceitabilidade da cedência portuguesa quanto às propostas das Comunidades,

designadamente no domínio das pescas.

O Partido Social Democrata não pode admitir qualquer sacrifício aos direitos de Portugal na zona económica exclusiva e considera que o interesse nacional exige um debate parlamentar com urgência, de

modo a que a posição portuguesa seja definida com plena salvaguarda dos nossos reais interesses económicos e geoestratégicos.

Nada justifica neste domínio que o Governo Português seja conduzido a tomar posições de cedência intoleráveis.

DESLOCAÇÕES DA COMISSÃO POLÍTICA NACIONAL

DISTRITAL	DIA	HORA	ELEMENTOS DA CPN	LOCAL
Viana Castelo	21	21.30	Rui Machete/Miguel Veiga	Bombeiros Voluntários
Lisboa AML	25	21.30	Rui Machete	Hotel Áltis

Por motivos de ordem técnica, «Povo Livre» é distribuído esta semana com um dia de atraso. Do facto pedimos desculpa aos nossos leitores.



Uma Nova Ciência

Jaime Quesado (*)

Muito se tem falado sobre a Crise na Ciência em Portugal. A mensagem que vem dos grandes mercados internacionais é muito clara – só com uma aposta séria numa Ciência inteligente será possível desenvolver uma economia inteligente, com efeitos no mercado. Portugal precisa de estar nesta rota e importa mostrar que há um Novo Capital de Competência Estratégica de base nacional capaz de agarrar este desafio. Numa época de crise complexa, o objectivo da aposta numa Ciência Inteligente implica uma mobilização das competências nacionais para uma Nova Agenda. Portugal tem que saber agarrar esta nova oportunidade associada às opções europeias e a participação integrada das empresas, universidades e centros de inovação será fundamental.

A Economia Portuguesa está claramente confrontada com um desafio de Crescimento Efectivo e Sustentado no futuro. Os números dos últimos vinte anos não poderiam ser mais evidentes. A incapacidade de modernização do sector industrial e de nova abordagem, baseada na inovação e criatividade, de mercados globais, associada à manutenção do paradigma duma “economia interna” de serviços com um carácter reprodutivo limitado criou a ilusão no final da década de 90 dum “crescimento artificial” baseado num consumo conjuntural manifestamente incapaz de se projectar no futuro.

Portugal precisa efectivamente de potenciar a sua presença activa nas Novas Redes Inteligentes de Inovação e Competitividade, com todas as consequências do ponto de vista de impacto na sua matriz económica e social. A política pública tem que ser clara – há que definir prioridades do ponto de investimento estrutural nos sectores e nos territórios, sob pena de não se conseguirem resultados objectivos. Estamos no tempo dessa oportunidade. Definição clara dos “Pólos de Competitividade” em que actuar (terão que ser poucos e com impacto claro na economia); selecção, segundo critérios de racionalidade estratégica, das zonas territoriais onde se vai actuar e efectiva mobilização de “redes activas” de comercialização das competências existentes para captação de “IDE de Inovação”.

Uma Nova Economia, capaz de garantir uma Economia Nova sustentável, terá que se basear numa lógica de focalização em prioridades claras. Assegurar que o “IDE de Inovação” é vital na atracção de Competências que induzam uma renovação activa estrutural do tecido económico nacional; mobilizar de forma efectiva os “Centros de Competência” para esta abordagem activa no Mercado Global – mas fazê-lo tendo em atenção critérios de racionalidade estratégica definidos à partida, segundo opções globais de política pública, que tenham em devida atenção a necessidade de manter níveis coerentes de coesão social e territorial.

(*) Administrador do Instituto Francisco Sá Carneiro



O novo normal

Mauro Xavier (*)

Desde que este Governo entrou em funções que já não se vive o suspense do 15 de Outubro como outrora! Nunca vimos Vitor Gaspar a carregar com caixotes de fotocópias para entregar a Assunção Esteves nos últimos minutos do prazo. Muito menos a Ministra Maria Luís Albuquerque teve de apressar nenhum motorista para ir à Assembleia da República fazer a entrega do Orçamento do Estado. Governo cumpre os prazos de apresentação mas vamos esperar que desta vez não haja orçamentos rectificativos.

Aguardava-se com expectativa a apresentação do Orçamento pós- ‘troika’. Sucumbiria ou não o primeiro-ministro à tentação do eleitoralismo? Enganaram-se aqueles que apostaram que o Orçamento poderia ser muito diferente, contendo qualquer permissividade a gastos ou diminuição de impostos.

O Orçamento do Estado para 2015, propriamente dito, continua a trazer sobretudo cortes nos Ministérios. Esse é, sem dúvida, o maior ‘soundbite’ deste Orçamento. Isto porque uma baixa do IRC já era expectável fase à Reforma do IRC apresentada no ano passado - podíamos apenas apostar sobre o quantum - e que a CES teria que sofrer alterações também o Tribunal Constitucional já havia sentenciado. Veremos se a alteração será suficiente para passar no crivo da constitucionalidade.

A inovação surgiu na fórmula encontrada para a sobretaxa do IRS. Ou seja, só há um crédito fiscal no próximo ano caso todos nós sejamos uns contribuintes cumpridores e a receita fiscal aumente. Na reforma do IRS podemos encontrar algumas alterações de verdadeiro relevo para as famílias, tais como a criação do quociente familiar em que descendentes e ascendentes passam a ser valorizados. As despesas familiares passam também a ter maior peso nas deduções.

Surgiu ainda outro fenómeno que foi a alteração dos códigos fiscais sem ser no orçamento de estado, ou seja, em diploma autónomo. Se por um lado isso retirou uma parte do peso político do documento, por outro veio repor alguma dignidade legislativa que se tinha vindo a perder ao longo dos anos.

O Orçamento do Estado servia, erradamente, para alterar tudo e um par de botas, abarcando muitas vezes temas que nada tinham a ver com a natureza do diploma. Agora, em busca de um consenso alargado no Parlamento em matérias fiscais, retirou-se e bem ao Orçamento do Estado a honra de acolher reformas.

O novo normal dos portugueses continuará assim por muitos anos, com orçamentos austeros e cargas fiscais elevadas, sem passos de magia não há alternativa.

(*) Gestor. ©Diário Económico



Luísa Corte-Real (1950-2014)

Faleceu no dia 14 de Outubro de 2014, Maria Luísa Soares de Castro Corte-Real Pais de Vasconcelos, funcionária do PSD durante mais de três décadas. Residia em S. João do Estoril e encontrava-se aposentada desde há quatro anos. Nasceu em Lisboa a 16 de Dezembro de 1950. O “Povo Livre” apresenta sentidas condolências à família, amigos mais próximos e a todos aqueles que tiveram o privilégio de a conhecer ou com ela trabalhar. Com saudades da Luísa Corte-Real...

CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



AMARES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de Amares, para reunir no próximo dia 22 de Novembro de 2014 (sábado) pelas 16h00 na sede sita na Rua Francisco Bernardo Sousa Monteiro, nº 36 - Ferreiros, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto único - Eleição da Mesa da Assembleia de Secção

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior.

- As urnas estarão abertas das 16h00 às 18h00

BARREIRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do Barreiro, para reunir no próximo dia 27 de Novembro de 2014, (quinta-feira) pelas 21h00, na sede, sita na Rua de Trás-os-Montes nº 4 B, - Santo António da Charneca, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1 - Informações

2 - Análise da situação política.

BARREIRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do Barreiro, para reunir no próximo dia 27 de Novembro de 2014, (quinta-feira) pelas 22h00, na sede, sita na Rua de Trás-os-Montes nº 4 B, - Santo António da Charneca, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1 - Eleição da Mesa da Assembleia de Secção.

Nota

- As listas candidatas deverão ser entregues à Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente a possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral

- As urnas estão abertas das 22h00 às 24h00

IDANHA - A - NOVA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de Idanha -a - Nova, para reunir no próximo dia 13 de Dezembro de 2014 (sábado) pelas 15h00, no Edifício Manuel Valente Rego - Lugar de Ciprestes - Idanha -a - Nova, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto único - Eleição dos órgãos de Secção

a) Mesa da Assembleia de Secção

b) Comissão Política de Secção.

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues, ao secretário da Mesa da Assembleia de Secção, no Edifício Manuel Valente Rego - Lugar de Ciprestes, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, encontrando-se aberta, para o efeito, no dia 10 de Novembro das 21h00 às 24h00.

- A eleição decorrerá entre as 15h00 e as 17h00

LOURES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de Loures, para reunir no próximo dia 24 de Novembro de 2014 (segunda-feira) pelas 16h00, na

sede sita na Rua Diogo Cão, nº 2 - Loja nº 4 - Santo António dos Cavaleiros, com a seguinte

Ordem de trabalhos

1 - Eleição da Mesa da Assembleia de Secção

2 - Eleição da Comissão Política de Secção.

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 16h00 às 23h00

MARCO DE CANAVESES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Marco de Canaveses reunir no próximo dia 31 de Outubro de 2014 (sexta-feira), pelas 21h30, no Auditório Municipal, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1 - Informações

2 - Análise da situação política, com a presença do Ministro da Defesa Dr. José Pedro Aguiar - Branco

ODIVELAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Odivelas para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 30 de Outubro de 2014 (quinta-feira), pelas 21h00., na sede, sita na Rua Alfredo Roque Gameiro, 11-c/v-dta, - Odivelas, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1 - Análise da situação política, com a presença do Dr. Miguel Pinto Luz, Presidente da CPD de Lisboa

PORTO / NÚCLEO OCIDENTAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo Ocidental do Porto para reunir no próximo dia 28 de Outubro de 2014, (terça-feira) pelas 21h30, na sede Distrital do Porto, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1 - Análise da situação política

SARDOAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do Sardoal, para reunir no próximo dia 31 de Outubro de 2014, (sexta-feira) pelas 21h00, na sede sita na Rua Bivar Salgado, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1 - Análise da situação política actual

2 - Balanço do 1º ano de mandato Autárquico

3 - Outros assuntos

SEIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Seia para reunir, em sessão extraordinária, no próximo dia 03 de Novembro de 2014 (segunda-feira), pelas 21h00., na sala Licínio Cunha do Eurosol - Hotel Camelo - Seia, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1 - Análise da situação política

2 - A articulação política entre os Vereadores eleitos e os órgãos concelhios e distritais do Partido

3 - Outros assuntos

TORRES NOVAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Torres Novas, para reunir no próximo dia 31 de Outubro de 2014, (sexta-feira) pelas 21h00 na sede, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1 - Leitura, discussão e votação da acta da última Assembleia

2 - Análise da situação política concelhia

3 - Balanço do 1º ano de actividade dos representantes autárquicos locais do Partido

4 - Aprovação do orçamento e contas anuais do Partido ao nível da secção local

5 - Outros assuntos de interesse a propor.



CONSELHO REGIONAL DE VIANA DO CASTELO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos em vigor, convoca-se o Conselho Regional de Viana do Castelo, no próximo dia 1 de Novembro de 2014 pelas 16h00, na Junta de Freguesia da Seara, Largo Dr. Francisco Sá Carneiro, Torre, em Ponte de Lima, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 - Período antes da ordem do dia;

2 - Informações;

3 - Análise da situação política nacional;

4 - Análise da situação política distrital e local;

5 - XXIII Congresso Nacional da JSD;

6 - Outros assuntos.

FIGUEIRA DA FOZ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos, convoca-se os militantes da Assembleia de Secção da Figueira da Foz para reunir no próximo dia 22 de Novembro de 2014, Sábado, pelas 14h0, na Sede do PSD da Figueira da Foz, sita na Rua da Liberdade, nº6, 3080 - 168 Figueira da Foz, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único - Eleição da Comissão Política e da Mesa de Plenário da Figueira da Foz.

Nota:

As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente de Mesa do Conselho Regional, ou a quem o possa estatutariamente substituir, até às 23h59mn do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos, bem como das respectivas fotocópias dos documentos de identificação.

As urnas estarão abertas das 14h às 20h00.

PAMPILHOSA DA SERRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário da Secção da JSD de Pampilhosa da Serra, para reunir no próximo dia 06 de dezembro de 2014 (sábado), pelas 15h00, na Sede da Concelhia do PSD de Pampilhosa da Serra, Estrada dos Lobatos, Pampilhosa da Serra com seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição dos órgãos da Secção de Pampilhosa da Serra:

- Mesa do Plenário e Comissão Política Concelhia

Nota:

As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente do Plenário ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 23h59 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral;

As urnas estarão abertas das 15h00 às 19h00.

PENAFIEL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convoca-se os militantes da Concelhia de Penafiel, para reunirem em Plenário às 21h30 do dia 29 de Outubro de 2014 na sede da Junta de Freguesia de Castelões, na Freguesia de Castelões, Concelho de Penafiel, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Análise da situação política

VALE DE CAMBRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD de Vale de Cambra, para reunir no próximo dia 29 de Novembro de 2014, pelas 18 horas, na Sede Concelhia do PSD/ Vale de Cambra, sita na Av. Camilo Tavares de Matos, n.º 352 - 1.º Dt., em Vale de Cambra, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Comissão Política Concelhia e da Mesa do Plenário da JSD de Vale de Cambra.

Nota:

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário ou a quem estatutariamente o possa substituir, na Sede Concelhia do PSD Vale de Cambra, na morada supra citada, até às 23h59m, do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e Regulamento Eleitoral da JSD.

As urnas estarão abertas das 18h00m às 21 horas.